

## **MURSA, Joaquim de Sousa**

\* militar; junta gov. SP 1889; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893.

*Joaquim de Sousa Mursa* nasceu em Pelotas (RS) no ano de 1828.

Mudando-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, então capital do Império, ingressou na Escola Militar em 8 de março de 1849. Assentou praça no Exército em julho de 1850, passou aspirante a aluno em abril de 1851, foi promovido a segundo-tenente em julho de 1853, e a primeiro-tenente em dezembro de 1855. Com a transferência da Escola Militar para as dependências do Forte da Praia Vermelha, no bairro da Urca, em 1858, aí fez o curso completo de engenharia pelo regulamento militar de 1845, bacharelando-se também em matemática. Em dezembro de 1858 foi promovido a capitão.

Logo depois de formado, como oficial agregado ao Estado-Maior do Exército brasileiro, foi por designação oficial fazer o curso de especialização em ciências montanísticas e metalúrgicas na Escola de Freiberg, na Alemanha, a mais antiga universidade especializada em minério e metalurgia do mundo, fundada em 1765. Aí permaneceu de 1860 a 1865. Regressando ao Brasil, por ser considerado o mais capacitado para o posto, foi designado pelo ministro da Guerra do Império, senador Ângelo Muniz da Silva Ferraz, do gabinete parlamentarista do marquês de Olinda, diretor da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Foi promovido a major em outubro de 1871, e em junho de 1873 viajou para a Europa, visitando a cidade Liège, na Bélgica, a Alta Silésia, na Polônia, a Suécia, e as cidades de Copenhague na Dinamarca, e Viena na Áustria, à procura de pessoal técnico para a fábrica que dirigia. Esteve na Exposição Internacional de Viena e foi ainda para Schemnitz, na Hungria, onde visitou a Escola de Minas, e para Paris, na França, fazendo pesquisas e comprando e maquinaria para a Fábrica de Ipanema. Regressou ao Brasil em janeiro de 1874, e em outubro de 1875 foi promovido a tenente-coronel.

Defensor das idéias republicanas, quando da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, seu nome, juntamente com os de Prudente de Moraes e Francisco Rangel Pestana, foi lembrado por Américo de Campos, irmão de Bernardino de Campos, para compor o triunvirato designado para governar São Paulo no novo regime. Os três foram unanimemente aclamados pelos republicanos, mas Mursa, ausente da capital – estava em Sorocaba dirigindo a Fábrica de Ipanema – só assumiria dias depois. Entre os atos que

foram assinados pela junta estava a adesão do estado de São Paulo à República brasileira. A junta exerceu sua função por um curto período, de 16 de novembro a 14 de dezembro de 1889, quando o chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, resolveu nomear Prudente de Moraes governador do estado.

Ao término de sua missão, o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa reassumiu a direção da Fábrica de Ferro de Ipanema, mas, instado pelos republicanos, aceitou o convite para participar da chapa do Partido Republicano Paulista (PRP) como candidato a deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Foi assim eleito constituinte em 15 de setembro de 1890, ao lado de nomes como Prudente de Moraes, Manuel Ferraz de Campos Sales, Francisco Glicério, Domingos de Moraes, Rodolfo Miranda, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Martinho da Silva Prado Júnior, entre outros. Em virtude da eleição, em 11 de outubro de 1890 solicitou ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco Glicério, a quem estava subordinado, sua exoneração da direção da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, que ocupou por 25 anos. Passou em seguida para a reserva no posto de general de brigada do Exército brasileiro.

Indo para o Rio de Janeiro, assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890 e participou dos trabalhos da elaboração da nova Constituição da República. Foi um dos que assinaram, em 23 de janeiro de 1891, a petição que requereu ao governo provisório da República que o nome de Benjamin Constant, que havia falecido no dia anterior, figurasse permanentemente no Almanaque do Exército no posto de general de brigada, como homenagem ao fundador da República brasileira, o que passou a ocorrer desde então. Foi também um dos signatários da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e ao término dos trabalhos tornou-se deputado federal na legislatura 1891-1893.

No dia 3 de novembro de 1891, quando o marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional e decretou o estado de sítio em vários estados da Federação, não concordando com o golpe, ficou ao lado dos legalistas e participou no Rio de Janeiro de uma reunião de senadores e deputados oposicionistas, ameaçados de prisão, na qual foi discutido, aceito e aprovado um manifesto à nação contra a arbitrariedade praticada. O documento seria publicado em São Paulo, no jornal *Correio Paulistano*, órgão do PRP, ante a impossibilidade de fazê-lo na capital federal. A publicação resultou na apreensão de exemplares e na censura policial ao jornal por várias semanas, mas conseguiu seu intento,

com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro, após o ultimato do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear com os navios da Marinha de guerra sob seu comando a cidade do Rio de Janeiro. Assumiu então poder o vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que reabriu as casas legislativas.

Durante a crise, a esposa do general Mursa serviu de emissária entre os parlamentares paulistas e o marechal Floriano Peixoto, que tinha sua residência extremamente vigiada por militares partidários de Deodoro da Fonseca, os quais impediam a aproximação daqueles que pretendiam conversar com Floriano. O estratagema para que ela tivesse livre acesso, e pudesse penetrar na residência, foi se passar por professora dos filhos do vice-presidente. Afastando as suspeitas, pôde assim levar e trazer a correspondência entre os envolvidos na defesa do regime.

Em virtude da Revolta Federalista, que envolveu o Rio Grande do Sul em uma verdadeira guerra civil no início de 1893, Mursa, por ser gaúcho, separou-se politicamente da bancada paulista na Câmara dos Deputados, mas ético, não foi sentar-se com a minoria.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 21 de outubro de 1893, em pleno exercício do mandato de deputado federal.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Correio Paulistano* (23/10/1893). EGAS, E.

*Galeria*; RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; SALES, C. *Propaganda*.